

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

PRONUNCIAMENTOS DOS MECANISMOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS FRENTE AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (2010-2021): ALAVANCAS PARA MUDANÇAS COM ENTRAVES PERSISTENTES

Camila Da Silva Alves (camilas16.alves@gmail.com)

Matheus De Carvalho Hernandez (matheushernandez@ufgd.edu.br)

Rebeca Ribeiro (rebecaribeiro816@gmail.com)

Durante o governo de Jair Bolsonaro, houve o retrocesso nas políticas públicas indigenistas no Brasil, intensificado pelo enfraquecimento e negligência na pauta de direitos humanos. O quadro geral em que se encontram os povos é marcado pelas omissões de dados pelo Estado e pela constância em casos de violências nas comunidades. Além dos entraves gerados pela elite agrária, com a defesa do marco temporal para a demarcação de terras, houve violações às terras e o aumento do garimpo influenciado pelas práticas e discursos do governo, como o projeto de lei 191/2020, que buscou estabelecer condições para atividades minerais, de hidrocarbonetos e hidrelétricas em terras indígenas. Diante dessa realidade, os povos e o movimento indígena têm recorrido cada vez mais aos órgãos nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos para buscar apoio e visibilidade para suas causas. Tendo isso em vista, a pesquisa teve como objetivo apresentar os pronunciamentos e recomendações dos mecanismos internacionais referentes aos direitos dos povos indígenas no Brasil, especialmente no governo Bolsonaro, posto que o período entre 2010 e 2019 foram analisados em momentos anteriores da pesquisa. Assim como, avaliar as medidas tomadas pelo governo e as ações e políticas que afetaram os direitos e as vidas das comunidades indígenas. Para isso, houve o estudo dos arquivos e observações fornecidos pelos Comitês, Fóruns, Relatorias e a análise do último ciclo da Revisão Periódica Universal

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFMGD

da ONU. Foi possível observar que as violações de direitos humanos dos povos indígenas continuam sendo uma problemática no território brasileiro. Além disso, verifica-se uma constante luta dos povos originários por conta do crescimento de invasões em seus territórios e do desmatamento. Os impactos da administração das instituições públicas na pandemia foram identificados em diversas instâncias, tal como em relação às terras e ao meio ambiente, que ocasionaram vulnerabilização, insegurança e condições precárias de vida e saúde. Como resultado deste cenário de insegurança, no quadriênio de 2019 a 2022 houve mais de 407 casos de conflitos por direitos territoriais. Durante as fases do processo da RPU, mecanismo de monitoramento das práticas de direitos humanos dos Estados-membros da ONU, os países recomendaram melhorias em relação aos direitos dos povos indígenas no Brasil, com enfoque no meio ambiente, direito à terra e à consulta e sobre o enfraquecimento das instituições de direitos humanos, em destaque a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Foi possível observar que as medidas do governo de Jair Bolsonaro especialmente, demonstraram-se insuficientes e violadoras, como a paralisação das demarcações de terras indígenas desde 2018. Essa posição provocou o aumento de invasões, exploração ilegal de recursos, violência e danos ao patrimônio.

Agradecimento: Matheus de Carvalho Hernandez (Orientador) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.